

PHARMALOG S.A.

CNPJ nº. 38.162.082/0001-43

Manaus – Amazonas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em Reais)

NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL

A companhia tem por objeto o ramo de comercialização de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação, com armazenagem e logística da distribuição de seu estoque por conta e ordem de terceiros, tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais, realizados por conta e ordem de terceiros, bem como atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.

NOTA 02. BASE PARA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Em especial as Demonstrações Financeiras foram elaboradas em consonância com a NBC TG 1000 (R1), Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A Demonstração do Resultado Abrangente, exigida pela NBC TG 1000 (R1), não está sendo apresentada no conjunto das Demonstrações Financeiras, em virtude de não haver resultados abrangentes nos exercícios findos em 2023 e 2022.

b) Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras, inerentes aos exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022, estão sendo apresentadas em Reais (R\$) e foram aprovadas pelos Diretores.

c) Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis

O processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas Demonstrações Financeiras e suas notas explicativas. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem a vida útil econômica e o valor residual do intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa, recuperabilidade dos ativos e o valor justo dos instrumentos financeiros.

O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em período não superior a um ano.

Revisões, com relação a estimativas contábeis, são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

NOTA 03. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas Demonstrações Financeiras.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) Ativos Financeiros Não Derivativos

A companhia reconhece recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial quando, somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b.2) Adiantamento e Recebíveis

Adiantamento e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os adiantamentos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os adiantamentos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

b.3) Passivos Financeiros Não Derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou paga.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c) Estoques

Os Estoques são registrados pelo custo médio histórico, ajustado ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

d) Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial, pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos, de acordo com os prazos originais das contas a receber.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

O valor presente, quando necessário, será efetuado com base em taxa de juros que reflita o prazo, a moeda e o risco das transações. A contrapartida dos ajustes, o valor presente de contas a receber será contra o resultado.

e) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação e deduzido da depreciação, calculada pelo método linear e pelas taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao custo do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável.

e.1) Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*Impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos, para colocar o ativo no local e condição necessária, para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado tem diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de ativo imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos, com valor líquido, dentro de outras receitas no resultado.

e.2) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

f) Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*)

f.1) Ativos Financeiros (Incluindo Recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo, por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável, se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda, teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Empresa sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Uma redução do valor recuperável, com relação a um ativo financeiro, medido pelo custo amortizado, é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor, continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

g) Outros Ativos e Passivos

Um Ativo é reconhecido no Balanço quando se trata de recurso controlado pela Empresa, decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um Passivo é reconhecido no Balanço, quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os Ativos e Passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h) Provisões

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada), em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é registrada no resultado, líquida de qualquer reembolso.

A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

i) Contingências Ativas e Passivas

Os ganhos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como certo.

j) Contingências Passivas

As Contingências Passivas são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que implicaria forte indício de saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As Contingências Passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas nas Demonstrações Financeiras, e as classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

A Companhia não possuía contingências ativas ou passivas em 31 de dezembro de 2023.

k) Passivo Circulante e Não Circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais, incorridas até a data do Balanço Patrimonial.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado, ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

l) Reconhecimento da Receita

A Receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de maneira confiável.

I.1) Venda de Produtos

A receita operacional é reconhecida no momento da emissão da nota fiscal de venda de produtos, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e que os custos associados possam ser mensurados de maneira confiável.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme a receita de vendas será reconhecida.

I.2) Receitas Financeiras e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

m) Determinação do Resultado

O Resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social.

O Imposto de Renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, para os lucros que excederem R\$ 240.000,00, no período de 12 meses, enquanto que a Contribuição Social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

o) Resultado por Ação

O Resultado por Ação é computado pela razão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos acionistas da Empresa pela quantidade média ponderada das ações no exercício.

NOTA 04. CONTAS RELEVANTES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa, numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações de liquidez imediata.

O Caixa e Equivalentes de Caixa são utilizados, substancialmente, para o pagamento de despesas de curto prazo da Empresa.

Em 31 de dezembro, os saldos eram assim apresentados:

	<i>Em R\$</i>	
Conta	2023	2022
Caixa	1.000,00	1.000,00
Bancos Conta Corrente	5.739,04	51.384,76
Aplicações Financeiras	113.455,98	406.930,70
Totais	120.195,02	459.315,46

b) Obrigações Trabalhistas e Sociais

Referem-se a salários e encargos a pagar, decorrentes da atividade normal da Companhia e contribuições retidas a recolher:

	<i>Em R\$</i>	
Obrigações Trabalhistas e Sociais	2023	2022
Salários a Pagar	11.072,42	6.355,98
Pró-Labore a Pagar	12.015,00	5.219,90
IRRF sobre a Folha	4.173,98	7.554,36
FGTS a Recolher	1.986,83	1.453,89
INSS a Recolher	6.539,39	6.391,50
Provisão de Férias	20.326,16	12.755,30
Provisão INSS sobre Férias	5.447,42	3.418,42
Provisão FGTS sobre Férias	1.626,07	1.020,00
Totais	63.187,27	44.169,35

c) Empréstimos com Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro, os saldos eram assim apresentados:

	<i>Em R\$</i>	
Partes Relacionadas	2023	2022
Luiz Renato Oliveira Jorge Haully	6.369,00	6.369,00

NOTA 05. CAPITAL SOCIAL

Pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país. O Capital Social subscrito é de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), totalmente integralizado, dividido por 1.000 (mil) ações ordinárias:

	<i>Em R\$</i>	
Acionistas	Ações	Total do Capital
Luiz Renato Oliveira Jorge Haully	500	500,00
Matheus Raupp	235	235,00
Rafael Martinelli de Oliveira	265	265,00
Totais	1.000	1.000,00

NOTA 06. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício, que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia, ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Manaus (AM), 31 de dezembro de 2023.

DIRETORIA

LUIZ RENATO OLIVEIRA JORGE HAULY
Diretor Presidente
CPF nº. 051.772.599-19

HÉLIO GOMES RAUPP
Membro do Conselho de Administração
CPF nº. 121.115.620-68

GRACIETE DE LIMA
Membro do Conselho de Administração
CPF nº. 030.693.779-47

ARLEI DOS SANTOS
Contador
CRC-PR nº. 035329/O-4
CPF nº. 683.043.319-34